



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Antropologia de uma Zoonose: Biopolítica e moralidades no surto de Leishmaniose Visceral Canina em Porto Alegre
<b>Autor</b>	LUIZA BECK
<b>Orientador</b>	BERNARDO LEWGOY

Antropologia de uma Zoonose: Biopolítica e moralidades no surto de Leishmaniose Visceral  
Canina em Porto Alegre  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Autora Luiza Beck  
Orientador Prof. Dr. Bernardo Lewgoy (PPGAS/IFCH/UFRGS)

A presente pesquisa analisa como as relações entre pessoas, cachorros e o Estado se desdobram em delicadas dinâmicas ético-morais e biopolíticas, a partir de um surto de Leishmaniose Visceral Canina em Porto Alegre. A zoonose faz suas primeiras vítimas fatais na cidade em 2016 e 2017, momento no qual as políticas de controle epidemiológico são mobilizadas e geram uma crise moral entre tutores de cães, protetoras de animais e agentes de saúde pública - na medida em que a principal medida de manejo da doença é a eutanásia dos animais soropositivos, reservatórios do parasita *Leishmania*. A política de eutanásia reflete uma prática de “culpabilização” dos caninos, que passam a ser considerados riscos para a saúde (ainda que a eficácia da eutanásia ou sequer o diagnóstico preciso não sejam comprovados) e, agora, objetos de gestão do Estado - assim como seus tutores e comunidades, que passam a ser incluídos em lógicas biopolíticas de controle e manejo, pela experiência de compartilharem uma doença intimamente ligada a processos de exclusão social. Essas são algumas das características de práticas mais amplas de governos de vida e de dinâmicas de biossegurança, contemporaneamente cada vez mais capazes de definir zonas de inclusão e exclusão em relação ao acesso à cidadania e aos direitos básicos. A metodologia de pesquisa é a etnografia - composta por pesquisa de campo, observações e entrevistas com os diversos interlocutores envolvidos (com gestores, políticos, produtoras de políticas públicas, também em eventos com veterinários, protetoras de animais, líderes comunitários e agentes de saúde), aliada à uma revisão literária contínua. Através de pesquisa bibliográfica inicial e das primeiras entrevistas, conseguimos observar que as práticas do Estado que visam manter a LVC sob controle são permeadas por saberes biopolíticos e acadêmicos, que interpretam cães e seus humanos-tutores, seus lares e as comunidades onde moram como um risco para a saúde pública, a ser administrado e controlado por autoridades sanitárias. Dessa maneira, percebemos como tensionamentos contemporâneos entre saberes, poderes e espécies se articulam em políticas públicas, as quais produzem efeitos materiais na vida e nas dinâmicas cotidianas de pessoas e cães.